

**REFLEXÕES ACERCA DO SENTIDO DA HISTÓRIA NA HISTORIOGRAFIA
LINGUÍSTICA**

Maurício Silva
Professor da Universidade Nove de Julho

ABSTRACT: The present article analyzes some methodological aspects of the Linguistic Historiography, and also some theoretic aspects of the Cultural History. Furthermore, it analyzes the possibilities of relation between the Cultural History and Linguistics.

I.

Apesar de a Historiografia Linguística travar, naturalmente, uma relação intrínseca e necessária com a História, numa perspectiva que pressupõe – em sintonia com o que consideramos metalinguagem, no âmbito linguístico – a ocorrência de uma espécie de metahistória, faz-se urgente a observância de princípios teóricos que dêem conta, nos próprios limites da Historiografia Linguística, da relação acima aludida. Uma das possibilidades, neste sentido, é buscar as contribuições que outros campos de pesquisa podem oferecer ao estudo historiográfico da linguística.

Desse ponto de vista, tal estudo historiográfico da linguística não se deve apoiar num discurso identificado com saberes predeterminados e redutores, mas numa mais abrangente e complexa rede discursiva que pressuponha, por assim dizer, uma indefectível prática interdisciplinar na consideração do ideário lingüístico de uma época (KOERNER, Konrad, 1996).

No que diz respeito especificamente à intersecção entre a Historiografia Linguística – entendida em seu *éthos* científico como um conjunto de princípios teóricos e procedimentos metodológicos suficientemente autônomos – e a Historiografia propriamente dita, ressaltamos a pertinência em aliá-la a duas vertentes historiográficas distintas, porém em muitos sentidos complementares: a História Intelectual, de extração anglo-saxã, mais especificamente norte-americana, e a História Cultural, de origem francesa.

II.

A partir da crise do paradigma historiográfico de natureza progressista vivida pelos norte-americanos na primeira metade do século XX, impõe-se uma nova abordagem da História que passa a se interessar pelo estudo de sistemas formalizados de conhecimentos, crenças, comportamentos e modos de vida, vindo a inaugurar o que, posteriormente, se convencionaria chamar de História Intelectual.

Buscando compor um quadro explicativo da realidade levando em conta procedimentos que não prescindem de conceitos como os de mitos, símbolos e imagens, a História Intelectual compartilha com outras abordagens historiográficas igualmente inovadoras – como, por exemplo, a História Social – interesses legítimos pelo *cotidiano* das pessoas na “reconstrução” do passado a partir de fontes até então pouco exploradas (MOURA, 1995). Ao se preocupar essencialmente, mas não exclusivamente, com a contextualização de fatos e idéias, a História Intelectual privilegia a perspectiva individual do sujeito – talvez devêssemos dizer *sujeitos* – na ação histórica, sugerindo a existência de uma intencionalidade que lhe é inerente, dando um novo sentido à atividade historiográfica e buscando o significado das obras em um novo quadro de referências históricas, o qual pressupõe a existência de um complexo cultural que requer, na falta de uma designação melhor, tanto uma abordagem internalista quanto externalista.

De vocação multidisciplinar, a História Intelectual, portanto, possibilita práticas que consideram não apenas os agentes promotores de um ideário específico da época, mas também as fontes, os contextos, as atividades produtivas e receptoras desse complexo de idéias, encontrando sua razão de ser na própria intersecção das mais diversas disciplinas. Em resumo, trata-se de um fazer historiográfico que, de acordo com Maria de Fátima Mendes, pauta-se em dois procedimentos analíticos: a análise do “conjunto de funcionamento de uma sociedade intelectual, ou seja, suas práticas, seu *habitus*”; e a análise das “características de um momento histórico e conjuntural que impõe formas de percepção e de apreciação, ou seja, modalidades de pensar e de agir de uma comunidade intelectual” (MENDES, 2004, 25).

Não é difícil perceber a contribuição que semelhante procedimento pode oferecer ao campo da Historiografia Linguística, seja pelo fato de a História Intelectual privilegiar, como sugerimos, fontes de pesquisa pouco exploradas, indo ao encontro do que Cristina

Altman afirma num de seus trabalhos, quando diz que

colocar o processo de produção do conhecimento lingüístico em perspectiva histórica significa buscar, na medida do possível, uma documentação paralela ao texto publicado que nos serve de fonte, que pode incluir desde a correspondência (inclusive eletrônica) entre dois autores, até anotações de leitura, notas de aula, de conferências, e assim por diante (ALTMAN, 2001, 28);

seja pelo fato de a dinâmica historiográfica que busca resolver a equação entre as visões internalista e externalista da História estabelecer um parentesco – a nosso ver – com o que Pierre Swiggers, num contorno mais prático e aplicado à Historiografia Lingüística, chamou de uma descrição *content-oriented*, isto é, que se volta para as particularidades internas da linguagem e “focuses on the specific way in which a particular linguistic insight was brought about and formulated”; e uma descrição *context-oriented*, ou seja, que envolve a linguagem em seu contexto social e cultural, abordagem na qual “we study the types of models which carry linguistic knowledge” (SWIGGERS, s.d., 23).

III.

Partindo agora para a outra vertente da historiografia por nós eleita como constructo no qual a História Lingüística deve se apoiar em sua inclinação científica e ao qual pode se filiar em sua atividade dialética de desconstrução/reconstrução do passado, a História Cultural, destacamos a necessidade de o historiógrafo ir além da consideração do passado *factual* da lingüística, revelando principalmente seu passado *mental*, no que isso pode conter de resgate do contexto social e cultural no qual ela se inscreve, uma vez que, como afirma Swiggers, “the description of the history of linguistic thought is a reconstruction of mental contents, more or less explicitly stated, and taking their place in a social and cultural context” (SWIGGERS, s.d., 21).

Traçando, em rápidas linhas, o caminho percorrido pela História Cultural, pode-se dizer que sua gênese encontra-se na própria concepção – vigente na historiografia do século XX – de Nova História, segundo a qual o pesquisador deve procurar substituir a idéia de uma *história historicizante*, centrada no documento escrito, por teorias que se apoiam em conceitos como os de probabilidade, relatividade e afins, promovendo ainda um alargamento das fontes da história, as quais passam do documento *stricto sensu* para uma série de fenômenos da realidade (da paisagem aos objetos pessoais); trata-se, enfim, de um

processo de substituição da noção de *história-relato* pela de *história-problema* que sugere a necessária intersecção entre a perspectiva historiográfica e as diversas disciplinas que compõem o cabedal de conhecimento humano, como a literatura, a lingüística ou a iconografia. (DOSSE, 1992; ROJAS, 2000; e SILVA, 2001). Dessa percepção inovadora da historiografia depreende-se uma noção mais refinada de *mentalidade*, dando abertura a um vasto campo de pesquisa e observação empírica e alargando ainda mais o universo de atuação do historiador moderno (VOVELLE, 1987; SALIBA, 1992; e VAINFAS, 1997). Este percurso encerra-se com a incidência, no campo da historiografia, da História Cultural, a qual coloca em relevo o estudo sobre o *mental*, valorizando manifestações culturais das massas anônimas e, por conseguinte, afirmando-se verdadeiramente como uma *história plural* que, no limite, pode até se voltar para aspectos mais minuciosos inscritos na micro-história (PESAVENTO, 2004; e VAINFAS, 2002).

Assim sendo, no rastro dos conceitos epistemológicos e atitudes metodológicas elaborados pela História Cultural, o estudo historiográfico da lingüística pode ser pensado a partir do equacionamento entre o conhecimento lingüístico e as *representações culturais* que a ela se filiam, buscando ressaltar a ampla rede de relações sociais e individuais que perfazem determinado ideário lingüístico, que vai das intenções pedagógicas de um autor ao *status* que ele ocupa na sociedade, das formas de produção de um dado texto aos canais de veiculação que o legitimam, das estratégias de institucionalização de uma obra aos modos de recepção que, inclusive, podem condicionar sua fatura.

Daí podermos afirmar que a gênese, o desenvolvimento e a consolidação de determinado conhecimento lingüístico depende de uma série de fatores para cujo entendimento se requer, em última instância, uma atitude historiográfica mais permeável à instabilidade/volubilidade da dinâmica cultural e menos refratária aos fatores reconhecidamente heteróclitos que compõem o contexto de uma época, na medida exata em que um texto é sempre algo além dele próprio, isto é, pressupõe um cruzamento de práticas socioculturais (CHARTIER, 2003; e CHARTIER, s.d.) que perfazem um sistema lingüístico complexo.

Não parece ser outro o sentido do fazer historiográfico que se encontra pressuposto, por exemplo, na observação de Neusa Bastos – quando a autora trata dos procedimentos metodológicos que regem a atividade do historiógrafo da lingüística – de que se faz

necessário

deslocar a observação para os acontecimentos do cotidiano, dos seres humanos sem qualquer proeminência, das mentalidades, dos grandes movimentos sem sujeito – movimentos de massa, classes sociais, clima de opinião em que se insere o documento a ser analisado (BASTOS, 2004, 80).

Privilegiando, finalmente, ao lado da História Intelectual, a História Cultural e outras práticas epistemológicas que lhe são afins, buscamos promover um deslocamento do *olhar histórico* factual para o fenomenológico, do enfoque analítico restrito à instância textual para aquele que dialoga, multidirecionalmente, com as instâncias contextual, intertextual e paratextual, instaurando uma hermenêutica que se constrói a partir de uma prática historiográfica onde o *sujeito interpretante* passa a ser tão importante quanto o *objeto interpretado*.

IV.

Um exemplo prático da importância das novas vertentes da história para os estudos de historiografia lingüística é a aplicação dos conceitos aqui destacados na abordagem da gramaticografia.

Os aspectos relacionados a uma perspectiva problematizadora da constituição do discurso gramatical reportam-se ao fato de haver tanto evidências de teorias lingüísticas diversas na formulação de conceitos fundamentais da gramática, instaurando uma *perspectiva exógena*, quanto novas maneiras de disposição conceitual no interior do texto gramatical, a partir de uma singular relação entre as instâncias e enunciação e de enunciado que o perfazem, instaurando uma *perspectiva endógena*. Neste sentido, toda gramática é, a um só tempo, individual e coletiva, ou seja, tanto na gênese conceitual quanto na fatura, trata-se de uma prática *cultural*. Em outros termos, a escrita gramatical é, antes, uma organização de fatos lingüísticos que obedece a estágios mais ou menos definidos: apropriação, reelaboração e transformação do discurso gramatical, os quais só adquirem um sentido pleno a partir de sua inserção na sociedade, uma vez que os textos “expõem os princípios contraditórios de construção do mundo social, a ordem dos atos pelos quais os indivíduos, em uma dada situação, classificam os outros, classificando-se, portanto, a si mesmos”. (CHARTIER, 2003, 89)

A gramática afirma-se assim como uma prática coletiva que tem na *representação* escritural do fato linguístico – e, não, no fato em si mesmo – seu principal objeto de atenção, representação esta que, no final das contas, baseia-se numa técnica (*fazer* a língua) e numa concepção (*pensar* a língua) historiográficas. A consideração da gramática a partir de uma perspectiva coletivizadora, portanto, vincula-se indelevelmente aos modos de apropriação social do texto gramatical, donde se pode depreender o *lastro ideológico* que lhe é peculiar.

Curiosamente, escrever uma gramática legitima um saber metalinguístico que é visto, pelos utentes da língua, como um saber ideologicamente neutro, uma vez que o gramático estaria mobilizando um discurso próprio para que, a partir dele – e, não, nele mesmo – as ideologias pudessem ser forjadas. Evidentemente, essa legitimidade acaba concedendo ao gramático um estatuto social que o coloca como instância institucional superior: aquele que sabe distinguir o certo do errado, a norma do desvio, a regra da transgressão. Por isso, dentro desse enfoque ideológico e cultural, o estudo da gramática pressupõe algumas perspectivas distintas, mas complementares. A primeira é a perspectiva histórica, que busca apontar a) a gênese da gramática como um conjunto de ideias organizadas, a partir de fundamentos linguísticos; b) a evolução de conceitos linguísticos que perfazem, na visão diacrônica, o referido conjunto; c) o desenvolvimento de teorias gramaticais diversas. A segunda é a perspectiva teórica, que trata especificamente, numa visão sincrônica, dos fundamentos das teorias da gramática universal e sua aplicabilidade nos estudos da linguagem verbal, analisando a maneira como a gramática se organiza e se manifesta enquanto suporte do discurso. A terceira, a perspectiva pedagógica, focaliza pragmaticamente a questão da dialética ensino-aprendizagem nos conceitos pertinentes à organização de determinado idioma, buscando equacionar o dilema entre normativismo e descritivismo gramaticais. Resumidamente, consideramos a gramática um discurso no âmbito do qual se inscrevem práticas de constituição, manutenção e difusão de determinado ideário linguístico. Por isso, numa abordagem historiográfica, faz muito mais sentido uma hermenêutica que confira valor tanto para as condições de construção do sentido do texto quanto para sua significância interna.

A gramática está, sem dúvida, calcada em fatos linguísticos de inegável extração pragmática, sejam eles de natureza normativa, sejam de fundo descritivista. Não se pode

negar, porém, que antes de mais nada ela se constitui como discurso e, enquanto tal, é principalmente uma complexa rede de *representações mentais* que se definem a partir da inserção do autor, do texto e do leitor num determinado contexto sociocultural, criando assim uma espécie de *imaginário gramatical*. No final das contas, é esse *imaginário* – entendido como um sistema de representações coletivas –, e não exatamente a *ideologia gramatical* que, segundo o enquadramento epistemológico da História Cultural, compete ao pesquisador da gramaticografia averiguar. Neste sentido, como sugere ainda uma vez Chartier, os textos – produções culturais abertas a múltiplas leituras – não podem ser apreendidos como objetos restritos do ponto de vista da distribuição ou do significado, mas como fenômenos “presos na rede contraditória das utilizações que os constituíram historicamente”, na medida em que a relação do texto com o real “constrói-se segundo modelos discursivos e delimitações intelectuais próprios de cada situação de escrita”. (CHARTIER, s.d., 61-63).

A ocorrência de novos paradigmas no âmbito da historiografia como um todo serve como referência para a renovação da análise gramatical, na medida em que se questionam os modelos tradicionais (marxistas, positivistas etc.) de abordagem histórica, para erigir uma perspectiva mais abrangente, que prioriza as amplas manifestações culturais e mentais da sociedade. (HUNT, 1995).

Apoiando-se no cabedal metodológico oferecido pela Historiografia Linguística e nos fundamentos teóricos proporcionados pela História Cultural, com o intuito de erigir um novo *modus faciendi* historiográfico, nossa visão do papel que a gramaticografia deve desempenhar volta-se para a construção de uma identidade gramatical brasileira, buscando depreender, a partir de um conjunto de variáveis culturais e sociais, uma *gramática das gramáticas*. Esquemáticamente, nossa preocupação dirige-se, por um lado, para as instâncias de enunciação (filiação ideológica, clima de opinião, condições de produção e recepção, legitimidade institucional etc.), responsáveis pela gênese, desenvolvimento e consolidação do discurso gramatical, adotando, do ponto de vista do *sistema gramatical*, uma perspectiva intercultural; por outro lado, para as instâncias do enunciado (intertexto, exemplificação, organização, nomenclatura etc.), responsáveis pela instauração de uma metalinguagem gramatical, agora numa perspectiva interlinguística.

Em suma, pretende-se propor uma prática analítica, no estudo gramaticográfico, que

ultrapasse a perspectiva imanentista, de natureza estritamente linguística, e valorize as marcas referenciais que regem as modalidades de produção/difusão do texto gramatical, também responsáveis pela construção de seu sentido. Verificar, assim, os modos de inscrição do discurso gramatical na sociedade e a resposta cultural que esta oferece, num deslocamento epistemológico que passa do foro autoral para a jurisdição do leitor enquanto ser social, caldeando os possíveis sentidos que uma gramática possa conter.

Com o avanço das teorias linguísticas ao longo do século XX, assiste-se a uma nova etapa do processo de gramatização da Língua Portuguesa, em que o ideário lingüístico evolucionista é substituído por diretrizes estruturalistas que passam a servir de fundamento científico à criação de novas gramáticas do português. Neste sentido, a inauguração do novo século marca também a eclosão da gramaticografia da Língua Portuguesa, estabelecendo novos protocolos de *uso* desse idioma. A questão do uso torna-se aqui importante exatamente pelo fato de a instauração de uma história cultural da gramática pressupor uma abordagem *pragmática* da gramática. Se, como quer Sandra Pesavento, a História Cultural trabalha com a “produção de sentidos sobre o mundo, construída pelos homens do passado”, sendo seu papel o “resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas, práticas”, (PESAVENTO, 2004, 16) uma abordagem culturalista da gramática revela sua condição de *instância cultural* que se afirma como um complexo de sentidos a ser resgatado pelo historiógrafo da linguagem, sentidos esses que se manifestam, do ponto de vista interno, como *constructo discursivo* metalingüístico, e, do ponto de vista externo, como *constructo discursivo* ideológico. É da união destas categorias (interna e externa) que a gramática adquire seu valor cultural e simbólico, concorrendo para a legitimação do gramático como detentor de um saber linguístico socialmente institucionalizado e para a consolidação da gramática como um repositório de representações mentais.

A adoção desse expediente historiográfico, cataliza, a nosso ver, outras possibilidades analíticas e interpretativas, instaurando uma heurística comprometida com uma nova concepção do discurso gramatical, na medida em que passa a considerar a gramática como resultado de um conjunto de atos discursivos, práticas escriturais, foros legitimadores e instâncias de institucionalização que, no limite, compõem um sistema linguístico solidamente vinculado ao imaginário cultural da sociedade brasileira.

É, portanto, no intervalo entre o enunciado do gramático e a enunciação do historiógrafo que a gramaticografia tece seu discurso, procurando, na reconstrução do passado linguístico, a compreensão do presente. Desse modo, do ponto de vista específico da História Cultural, a gramática deve ser vista não apenas como o registro linguístico de uma determinada época, mas, numa visada mais larga, como a representação polissêmica de uma dada cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Cristina (2001). *Historiografias Lingüísticas. Três Questões em Produção Lingüística Brasileira. Tomo I: Texto Crítico*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Livre Docência).

BASTOS, Neusa Barbosa (2004). “O Fazer historiográfico em Língua Portuguesa”. In: BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua Portuguesa em Calidoscópio*. São Paulo: Educ/Fapesp.

CHARTIER, Roger (s.d.). *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand.

CHARTIER, Roger (2003). *Formas e Sentidos. Cultura Escrita: entre Distinção e Apropriação*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/ALB.

DOSSE, François (1992). *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

KOERNER, Konrad (1996). “Questões que persistem em Historiografia Lingüística”. *Revista da Anpoll*, Universidade de São Paulo, São Paulo: No. 02: 45-70.

MENDES, Maria de Fátima do Céu (2004). *Estruturação da Frase do Português Brasileiro em Lobato e Ruth Rocha: Um Estudo Historiográfico*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (Dissertação de Mestrado).

MOURA, Gerson (1995). *História de uma História*. São Paulo: Edusp.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (2004). *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre (2000). *Os Annales e a Historiografia Francesa: Tradições Crítica de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá: Eduem.

SALIBA, Elias Thomé (1992). “Mentalidades ou História Sociocultural; a Busca de um Eixo Teórico para o Conhecimento Histórico”. *Margem*, São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais da PUC, No. 01: 29-36.

SILVA, Rogério Forastieri (2001). *História da Historiografia. Capítulos para uma História das Histórias da Historiografia*. Bauru: Edusc.

SWIGGERS, Pierre (s.d.). “Reflections on (Models for) Linguistic Historiography”. In: HÜLLEN, Werner (ed.). *Understanding the Historiography of Linguistics Problems and Projects*. Münster: Nodus, p. 21-34.

VAINFAS, Ronaldo (1997). “História das Mentalidades e História Cultural”. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Campinas: Campus, p. 127-162.

VAIFAS, Ronaldo (2002). *Os Protagonistas Anônimos da História: Micro-História*. Rio de Janeiro: Campus.

VOVELLE, Michel (1987). *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense.